



**“Questão Social, Pandemia e Serviço Social:
em defesa da vida e de uma educação emancipadora”**

Eixo temático: Política Social e Serviço Social

Sub-eixo: Política de Educação

UM CONVITE PARA A DANÇA¹: ensino remoto emergencial e acessibilidade na Universidade Federal de Goiás (UFG)/Câmpus Goiás (CG)

JOEL DOS SANTOS LIMA ²
SAMARA SANTOS SILVA ¹
TEREZA CRISTINA PIRES FAVARO ¹

RESUMO: O artigo fundamentado na teoria crítica se deu pela importância de refletir sobre os desafios do Ensino Remoto Emergencial (ERE) na UFG/Câmpus Goiás para estudantes com deficiência em tempos pandêmicos de Covid-19, e os rumos da educação em se concentrar em um ambiente sem acessibilidade e a possibilidade de deixar os(as)estudantes à margem do direito à educação. Propomos ainda, uma análise crítica sobre como se efetivou a inclusão nos meios virtuais e, com isso, refletir sobre o trabalho do Núcleo de Acessibilidade UFG/CG. O estudo possui abordagem qualitativa, envolveu pesquisa bibliográfica, documental e de campo.

Palavras chave: Educação Superior; Ensino Remoto Emergencial; Estudantes com Deficiência; Acessibilidade; Inclusão.

ABSTRACT: The article based on critical theory was due

¹Localizada na Av. Dr. Deusdete F. de Moura qd. 05 It. 04 Leste Centro CEP 76600-000 Goiás-GO.

² Estudante de Graduação. Universidade Federal De Goiás

to the importance of reflecting on the challenges of Emergency Remote Teaching (ERE) at UFG / Campus Goiás for students with disabilities in pandemic times of Covid-19, and the directions of education in focusing on an environment without accessibility and the possibility of leaving students on the sidelines of the right to education. We also propose a critical analysis of how the inclusion in virtual media took place and, with that, reflect on the work of the UFG/CG Accessibility Center. The study has a qualitative approach, involved bibliographic, documentary and field research.

Keywords: College education; Emergency Remote Teaching; Students with Disabilities; Accessibility; Inclusion.

1 O GRITO PELA INCLUSÃO: ações, lutas e desafios na/da acessibilidade no ensino superior

Este artigo é produto de uma pesquisa – em andamento – intitulada Acessibilidade, inclusão e produção do conhecimento em tempos remotos: desafios para políticas de permanência de alunos com deficiência na Universidade Federal de Goiás/Regional Goiás³. O estudo possibilita sucessivas aproximações com o real, pensar a acessibilidade em um contexto de aprofundamento da política neoliberal, de retrocessos dos padrões civilizatórios essenciais fundados nos princípios de direitos humanos. Considera-se este debate pertinente, porque visa ampliar o conhecimento sobre os desafios de estudantes com deficiência no Ensino Remoto Emergencial (ERE) na UFG/Câmpus Goiás em tempos pandemia pelo Covid-19,

³Administração, Arquitetura e Urbanismo, Direito, Filosofia, Licenciatura em Educação do Campo, Pedagogia e Serviço Social.

dentro de um cenário de incertezas e de ofensiva do capital sobre a educação superior pública e como o Núcleo de Acessibilidade (NA) da UFG/CG transita nessa realidade.

O ERE foi imposto pela Portaria nº 343/2020, do Ministério da Educação (MEC), para retomada das atividades acadêmicas mediadas por Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs), atendendo a recomendação das autoridades sanitárias de distanciamento físico para conter a propagação do vírus. A realidade então colocada como “novo normal” intensifica o uso de tecnologias e pressupõe aquisição de itens tecnológicos e habilidades para manejo de aplicativos virtuais. Lembrando que dispositivos móveis, computadores e internet não são corriqueiros no cotidiano dos lares de estudantes brasileiros.

Dessa forma percebemos que o ERE não alcança parcela significativa dos(as) estudantes das classes populares ingressos na universidade pública, e corrobora no histórico elitista do ensino superior. A substituição das aulas presenciais para remotas, expõe a desigualdade de acesso ao mínimo de tecnologias por parte de estudantes e tudo que envolve esse processo. Quiçá para estudantes com deficiência em um ambiente acadêmico sem acessibilidade e com diversos enfrentamentos a serem superados para não ficarem à margem do direito à educação. Considerando a mudança da sala de aula para o ambiente doméstico, a incerteza do acesso e manejo das ferramentas digitais por parte de estudantes com deficiência ou até mesmo a exclusão digital, é plausível que possa desmotivarlos(as), levando a desistirem de estudar.

Nesse entendimento, verifica-se a necessidade de estreitar o diálogo com estudantes com deficiência, aproximar de suas necessidades com vistas a garantir a permanência e o acesso ao ensino remoto de forma inclusiva e democrática em conformidade com o Plano Nacional de Educação/PNE (Lei nº 10.172/2001, 2001). Nessa assertiva, se mostra necessário colocar que aqui entendemos por Pessoa com Deficiência, conforme a Lei n. 13.146/15, Art. 2,

[...] aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Acompanhar a efetivação das Políticas de Acessibilidade das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) nos provoca a resgatar produções, tanto documental quanto acadêmica, que envolveu diferentes agentes políticos, sociedade civil e movimentos sociais, em âmbito internacional e nacional na busca de uma sociedade inclusiva e acessível para toda a população e além das com deficiências. Nesse sentido, projetamos esse panorama tendo como determinação entender os caminhos da inclusão de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação no ensino superior da Universidade Federal de Goiás (UFG)/Câmpus Goiás.

A emergência desse câmpus está vinculada ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) ancorado na política de democratizar o acesso ao ensino superior público, associado à sua função social. Por essa via, deu-se a interiorização das universidades públicas federais, dado que historicamente a maioria dessas instituições brasileiras se encontrava nas capitais e cidades de maior porte. De fato, o processo de interiorização ampliou os municípios atendidos pelas universidades e o acesso de estudantes ao ensino superior público. Nota-se que o processo de interiorização não está descolado das demandas sociais, políticas e econômicas do tempo presente (FAVARO e RIBEIRO, 2020).

Esse movimento se faz necessário, pois o entendimento de educação e escola surge enquanto um privilégio de um grupo social e criador de exclusão legitimando as políticas e práticas educacionais reprodutoras da ordem social (MEC/SECADI, 2014). Mesmo quando começa o processo de democratização das escolas é notório os reflexos de anos de exclusão, pois os processos normativos de segregação dos estudantes tendo como parâmetros suas características intelectuais, físicas, culturais, sociais e linguísticas, entre outras condicionam o modelo tradicional de educação escolar (MEC/SECADI, 2014).

Nesse sentido, a luta pela educação inclusiva perpassa diversas questões institucionais, econômicas, recursos humanos e materiais. Para além

[...] constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola (MEC/SECADI, 2014).

Atualmente, após alguns anos da Promulgação da Constituição Federal de 1988, da Conferência Mundial sobre educação para todos – Jomtien em 1990, do Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, da Declaração de Salamanca de 1994, da criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, a promulgação do Estatuto da Pessoa com Deficiência (2015) e de tantos outros decretos, Leis, programas e projetos é possível afirmar que a inclusão, o acesso e a permanência dos estudantes enseja a construção de uma educação fundada solidariamente e que minimiza as tradições de cunho conservador, seletivo e excludente seja na escola ou na educação superior.

Em Sasaki (2009, p. 10) nos é dado que a inclusão

[...] é o processo pelo qual os sistemas sociais comuns são tornados adequados para toda a diversidade humana – composta por etnia, raça, língua, nacionalidade, gênero, orientação sexual, deficiência e outros atributos – com a participação das próprias pessoas na formulação e execução dessas questões.

Dessa forma, por intermédio da noção de educação inclusiva que começa a ser formulada no século XX, a equidade e justiça social passam a ser entendidas pela garantia do acesso aos bens e serviços sociais. No entanto, as questões que envolvem o avanço na perspectiva inclusiva vão de encontro com as barreiras que dificultam e atrasam a plena execução dos direitos sociais. Sasaki (2009, p. 10 -11) mostra que em resposta às barreiras é criado a acessibilidade que podem ser compostas por seis dimensões, a saber

As seis dimensões são: arquitetônica (sem barreiras físicas), comunicacional (sem barreiras na comunicação entre pessoas), metodológica (sem barreiras nos métodos e técnicas de lazer, trabalho, educação etc.), instrumental (sem barreiras instrumentos, ferramentas, utensílios etc.), programática (sem barreiras embutidas em políticas públicas, legislações, normas etc.) e atitudinal (sem preconceitos, estereótipos, estigmas e discriminações nos comportamentos da sociedade para pessoas que têm deficiência).

Portanto, a acessibilidade deve ser conjugada com a perspectiva inclusiva no

sentido de entender a primeira como instrumento de promoção da segunda. Afinal são valores que vão além do cariz da educação, pois devem ser basilares da própria concepção de sociedade. Em nossa análise, vemos que é particular à UFG, a sua trajetória de construção e legitimação de Política de Acessibilidade prevista em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e resultado de longos anos de debate. O documento, datado de 2017, mas que vem sendo debatido desde 2008, contou com a participação de diversos órgãos e Pró-reitorias da instituição, além do Sistema Integrado de Núcleos de Acessibilidade (SINAce) da Universidade Federal de Goiás que possui como objetivo principal a construção e viabilização da Política de Acessibilidade (SINAce, 2017).

Nesse sentido, no ensino superior, a gestão, organização e ampliação da acessibilidade sob o intuito de diminuir e findar todas as barreiras, ficam para os Núcleo de Acessibilidade que possuem um papel de protagonistas dessas ações que vão desde a conscientização à formulação de mudanças materiais e físicas na Instituição.

Convém mencionar que, a V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos(as) Graduandos(as) das IFES⁴ coordenada pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis (FONAPRACE) apontou crescimento do percentual de estudantes com deficiência nas instituições federais, isso tem a ver com a Lei 13.409/2016, que inclui pessoas com deficiência ao sistema de cotas. Tal pesquisa reforçou a diversidade cultural, racial e de sexo da população brasileira, bem como explicitou a presença das classes populares nas universidades e institutos federais, renda mensal familiar nominal média per capita dos(as) estudantes da graduação é de R\$1.328,00. Apenas destacando que, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE, 2018) a renda mensal familiar nominal média per capita no país era de R\$1.373,00 (FONAPRACE, 2018).

É nesta configuração maior da acessibilidade que é construída a reflexão

⁴Essa porcentagem refere-se ao quantitativo de 206 estudantes que acessam as ações da assistência estudantil pela Coordenação de Assuntos Estudantis (CAE) do Câmpus Goiás da Universidade Federal de Goiás, de um total de 858 estudantes matriculados segundo o portal Analisa UFG. Disponível em: <https://analisa.ufg.br/p/32229-graduacao>. Acesso em: 9 ago. 2022.

sobre os enfrentamentos de estudantes com deficiência diante do ERE no contexto da realidade do Câmpus Goiás/UFG, em tempos pandêmicos pelo Covid-19. Com isso, alarga-se o debate e a reflexão sobre acessibilidade, a permanência e o trabalho do Núcleo de Acessibilidade na UFG/CG.

O Núcleo de Acessibilidade encontra-se localizado na área administrativa da Biblioteca Seccional Câmpus Goiás – Cajuí (BSCGO Cajuí)⁵, ocupa duas salas: uma destinada à coordenação do núcleo e outra para o Laboratório de Acessibilidade Informacional (LAI). Objetiva a conscientização da comunidade universitária a respeito do direito das Pessoas com Deficiências e o processo de inclusão; orientar as coordenações de curso e professores para atender as especificidades do(a) estudante com necessidade educacional especializada, assim como, oferecer apoio na eliminação das barreiras atitudinais, arquitetônicas, pedagógicas e de comunicação.

Atualmente são acompanhados(as) sete estudantes, de variadas deficiências e necessidades de atendimentos diferentes de acordo com as disciplinas matriculadas, aptidões e didática do/a docente, dentre outras. Destes, três são do curso de direito, dois estudantes da arquitetura e urbanismo, um estudante do curso de filosofia e um estudante do Serviço Social.

Estudantes em acompanhamento por uma equipe de gestão composta pela coordenadora do núcleo, duas assessorias, um assistente do atendimento educacional especializado e cinco estudantes bolsistas na monitoria pedagógica, que acompanham as/os estudantes com deficiência do núcleo e que trabalham em consonância ao Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, em estabelecer condições necessárias para atender as demandas do estudante com deficiência do câmpus, referentes a - infraestrutura adequada, adequação do espaço físico, provas e demais atividades adaptadas (ARRUDA, 2019) e tempo adicional para sua realização (BRASIL, 2004).

Demandas que necessitam da participação da instituição em atendê-las, com

⁵O conjunto arquitetônico, paisagístico e urbanístico do centro histórico de Goiás foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1978 e o reconhecimento como Patrimônio Mundial veio em 16 de dezembro de 2001 (IPHAN, Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/362/>).

investimento em recursos orçamentários, que se depara com os cortes sofridos na educação superior, orçamento para as aquisições de ferramentas/aparelhos tecnológicos e no Pnaes/UFG, programa que subsidia a possibilidade de ampliação do número de monitorias acadêmicas, sendo o desejável uma monitoria acompanhando um/a estudante com deficiência. A questão da escassez de recursos é recorrente, agravada com a promulgação da EC 95/2016 e os constantes cortes orçamentários impostos pelo atual governo às universidades federais, impactando a implementação de políticas de acessibilidade na UFG.

Nota-se desafios de toda ordem em relação à acessibilidade, o envio dos materiais das disciplinas com antecedência para as adequações necessárias, adesão da comunidade acadêmica nos espaços promovidos pelo núcleo para diálogo/reflexões sobre a temática inclusão e acessibilidade. Assim, a importância de revisar os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) do câmpus com bibliografias acessíveis, encontradas em domínios públicos em *Portable Document Format* (PDF), letras ampliadas, audiolivros e dentre outras estratégias de produção e matérias que possibilitam a garantia de acessibilidade.

Além da importância da construção de espaços de formação inclusiva permanente para estudantes, servidores e terceirizados, estrutura física que atendam os critérios de acessibilidade que possibilitam o acesso e permanência de estudantes no ambiente acadêmico, sem prejuízos a sua autonomia na formação, interação e sociabilidade com sujeitos/as envolvidos/as no processo.

No Brasil, as pessoas com deficiência, historicamente foram alijadas do acesso aos seus direitos fundamentais, nas diferentes esferas, sociais, culturais, educacionais e políticas. Enfrentando cotidianamente a segregação e o isolamento social. Essa realidade é alterada a partir da mobilização e lutas dos movimentos sociais em prol dos direitos das pessoas com deficiência, assegurando visibilidade e alcance da Constituição Federal (1988), que assegura atendimento educacional às pessoas com deficiência. Na especificidade do Câmpus Goiás, ainda são tímidas as iniciativas de debate e reflexão sobre os desafios enfrentados pelas pessoas com deficiência no espaço acadêmico, bem como sobre as barreiras atitudinais e estratégias para superação. Daí a importância de desenvolver um estudo sobre a

temática no sentido de contribuir na reflexão e planejamento de políticas voltadas às pessoas com deficiência, em especial na UFG/Câmpus Goiás. Afinal, a luta pela inclusão é constante e soma-se a luta por uma Universidade inclusiva, anticapacitista, democrática e acessível para todos(as) e além das deficiências.

2 ENTREI E NÃO QUERO SAIR: luta pelo acesso e permanência de estudantes com deficiência na UFG/Câmpus Goiás

O percurso metodológico proposto pelo estudo com abordagem qualitativa compreendeu a pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Para a pesquisa de campo utilizou-se o questionário individual como instrumento de coleta de dados, com perguntas abertas e fechadas. Recorreu-se a pesquisa de campo pela possibilidade de aproximar da realidade dos(as) participantes do estudo, com propósito de

[...] conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese que se queira comprovar, ou descobrir novos fenômenos ou relações entre eles (MARCONI; LAKATOS, 2012, p. 69).

Os(as) estudantes, em total de 15, foram convidados(as) a responder a um questionário on-line via ferramenta *Google Forms*. Os(as) estudantes receberam individualmente o questionário por meio do endereço eletrônico. O critério de inclusão no estudo era ser estudante com deficiência, de ambos os sexos regularmente matriculado(a) no Câmpus Goiás/UFG⁶, o questionário foi encaminhado virtualmente por meio de um link, no qual acompanhava o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para o aceite ao estudo. Após algumas tentativas 4 estudantes aceitaram participar, respondendo às perguntas.

É plausível que a baixa adesão ao estudo possa estar relacionada à falta de acesso e domínio das redes sociais por parte de estudantes com deficiência, que

⁶Emprestado da frase “diversidade é convidar para a festa, inclusão é chamar para dançar” de Vernã Myers, Vice Presidente de Inclusão da empresa Netflix.

também enfrentam a falta de recursos financeiros para aquisição dos materiais e equipamentos necessários e compatíveis com o ensino remoto. Indo além, outro agravante é a possível rotina de trabalho dos(as) estudantes trabalhadores(as) que pode constituir barreira para participação bem como a necessidade do apoio de alguém para acessar o questionário. Enfim, são desafios para a adesão ao estudo que possibilitou uma reflexão sobre seus enfrentamentos diante do Ensino Remoto Emergencial.

Para tanto, é importante depreender como as demandas de estudantes com deficiência relativas às necessidades que se apresentam no contexto do ensino remoto, o alcance das ações no sentido de reafirmar o compromisso e o respeito às diferenças da UFG com a inclusão e acessibilidade das pessoas com deficiência.

Entre os participantes do estudo, uma se declarou mulher cisgênero (identifica-se com o sexo biológico de nascimento), outros três são homens cisgênero (identificam-se com o sexo biológico de nascimento). Em relação à idade: três encontram-se na faixa etária entre 18 até 24 anos, um(a) entre 33 até 39 anos. A respeito da autodeclaração raça/etnia segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), três afirmam ser pardos, e um se reconhece como preto. Como um todo, os participantes, sendo cotistas ou não, podem ser considerados jovens que vivem em situação de desigualdade socioeconômica. São, em sua maioria, bolsistas de diferentes modalidades, vinculados aos cursos de Serviço Social (01), Direito (02) e Filosofia (01). A conclusão da graduação significa a possibilidade de ascensão social para estudantes que vivem em um contexto de pobreza, na maioria das vezes compondo a primeira geração da família a obter um diploma de ensino superior e desenvolver uma profissão.

Dos(as) estudantes que responderam ao questionário sobre a renda familiar, 50% afirmaram possuir renda até 1 salário mínimo e 50% entre 1 e dois salários mínimos. Tais dados são coerentes com a quinta pesquisa coordenada pelo FONAPRACE, entre graduandos(as) da UFG, 75,5% possui renda mensal familiar per capita de até 1,5 salário-mínimo, em outras palavras, são das classes populares. Esse resultado evidencia que, por si, esses estudantes teriam acesso à assistência estudantil operacionalizada por meio da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (Prae)

garantindo assim, a permanência e conclusão da graduação.

Na prática não é bem assim, e reforça os desafios diante do ingresso desses estudantes e as novas demandas que são colocadas à assistência estudantil. Posto que, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), principal estratégia do Estado brasileiro instituída por meio do Decreto n. 7234/2010, destinada ao acesso e permanência no ensino superior dos estudantes de baixa renda, matriculados(as) em cursos de graduação presencial das IFES, diante do aprofundamento da política neoliberal em curso no Brasil, e deterioração das políticas públicas, a assistência estudantil vem sofrendo processo contínuo de redução orçamentária planejada, que condiciona a administrar a pobreza, lançando mão de editais com critérios para responder às necessidades dos sujeitos(as) sociais envolvidos(as), com histórico de vida marcado por inúmeras expressões da questão social, que demanda respostas de várias ordens da Política de Assistência Estudantil.

Assim, como estratégia de uma política (ultra)neoliberal de exclusão de estudantes oriundos das classes populares, a assistência estudantil focaliza a assistência, não assegura a permanência e escancara uma realidade desafiadora, posto que parcela significativa dos(as) estudantes têm nos benefícios a única possibilidade de acessar e se manter na universidade. No Câmpus Goiás os desafios são maiores, tendo em vista que não tem moradia estudantil e nem restaurante universitário em funcionamento e um número reduzido de bolsas que alcança 24%⁷ dos(as) estudantes das classes populares, com isso, registra um processo de exclusão desses estudantes ao direito à educação superior pública. Entre os(as) participantes do estudo (50%) são atendidos(as) pela Política de Assistência Estudantil da Prae/UFG, sendo 50% Apoio Pedagógico; 25% Bolsa Alimentação e um estudante (25%) não acessa nenhum direito da assistência estudantil (moradia, alimentação, transporte, apoio pedagógico), muito provavelmente excluído pelos critérios dos editais. Por essa via, a universidade que inclui, contraditoriamente, se constitui como espaço de exclusão.

⁷No dia 29 de janeiro de 2021 o estatuto da Universidade Federal de Goiás é alterado pela Resolução CONSUNI-CEPEC-CC/UFG nº 01, realizando a alteração de Regionais para Câmpus. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/1/o/Resolucao_TresConselhos_2013_0002R.pdf. Acesso em: 29 ago. 2022.

Quando questionados aos participantes sobre seus sentimentos a respeito do cenário de suspensão do calendário acadêmico, de isolamento social pela Covid-19, a maioria (100%) respondeu: ansiedade e preocupação. No estudo de Souza (2021) foi identificado que muitos estudantes chegam à Universidade adoecidos(as), diferentes fatores corroboram nesse processo, a realidade socioeconômica, o preconceito, a homofobia, o racismo e tende a se agravar em função das demandas da própria vida acadêmica, das condições de permanência.

Muitas questões se impõem ao ERE e entre elas a inclusão e a acessibilidade dos (as) estudantes com deficiência neste novo cenário. Provavelmente tais respostas reforçam a apreensão com o processo formativo na modalidade remota. É plausível que os(as) estudantes com ou sem deficiência encontrem dificuldades de adaptação e com o conteúdo das disciplinas ofertadas. Posto que nas aulas presenciais a interação, a comunicação e as trocas são maiores e facilita o diálogo e a aprendizagem.

Entre os estudantes com deficiência (50%) que afirmaram gostar do modelo mediado por tecnologias: existem aqueles que defendem por ser produtivo, contrapondo com 25% que afirmaram ser estressante. Provavelmente, mencionar o ensino remoto como produtivo, tem a ver com a retomada do calendário acadêmico nessa modalidade que minimiza os efeitos da suspensão das aulas em razão da pandemia. Porém, é necessário reafirmar que o ERE explicitou as desigualdades nos sistemas educacionais, sobretudo, acesso à tecnologia, uma vez que muitos estudantes não dispõem de equipamentos tecnológicos e internet de qualidade para acessarem as aulas. Isso exigiu da UFG, assim como outras universidades, políticas emergenciais para assegurar o acesso à tecnologia aos estudantes. Em relação aos estudantes com deficiência, 25% dos participantes recorreram ao apoio material da UFG – notebook – , para assegurar a inclusão com acesso ao ensino remoto em sua residência.

Aqueles que apresentaram maiores dificuldades, articularam suas falas baseados no uso de equipamentos para acessibilidade. Visto que, 75% afirmaram a utilização desses equipamentos como por exemplo a lupa. Quanto aos materiais pedagógicos e as metodologias de participação, 50% responderam que não

atendem, e 50% afirmaram que atendem parcialmente. As falas traduzem as fragilidades institucionais em lidar com os(as) estudantes em suas singularidades. Aspecto que reforça a premência de aproximar da realidade desses estudantes, identificar suas necessidades na direção da inclusão “[...] é fundamental que exista possibilidades de posicionamentos do estudante como sujeito para que o processo de aprendizado se consolide – o sujeito ativo é o sujeito construtor, que produz sentido naquilo que aprende” (CHAVES e ROSSATO, 2019, on-line).

Portanto, pensar Acessibilidade e Inclusão está significativamente relacionado com a defesa da Política de Educação, em especial, com a Política de Assistência Estudantil articulada com a Política de Acessibilidade da UFG. A fim de se construir ações e prospectar espaços de reflexão e informação para a comunidade universitária e Vilaboense. Visando construir e propagar uma interpretação crítica da realidade das políticas de acesso e permanência das Pessoas com Deficiência no âmbito da UFG, com ênfase no Câmpus Goiás, é possível, por meio do exposto, identificarmos os enfrentamentos de estudantes com deficiência frente ao ERE e para além dele.

Buscamos refletir, a partir do exposto, as condições atuais da acessibilidade na UFG/CG. Pois apesar de termos o NA, as disparidades encontradas entre os câmpus Goiás e Goiânia chama atenção nos fazendo analisar as reais condições disponíveis para efetivação da acessibilidade para que assim se possa prospectar garantias concretas de inclusão e acessibilidade.

Nesta pesquisa, salientamos que, após muita luta e reivindicações foi possível garantir um NA no CG, todavia há ainda muito o que se fazer para que as estratégias de acessibilidade sejam garantidas. Segundo o Relatório de Ações de Acessibilidade da UFG de 2018, havia no ano mencionado 320 estudantes com deficiência matriculados nas diferentes regionais da UFG. Esse quantitativo, traz uma significativa mudança se comparado ao ano de 2017, quando havia 219 estudantes PcD. Essa progressão é resultado da efetivação da Lei 12409/16 que prevê a reserva de vagas para estudantes com deficiência e que começou a ser atendida desde o primeiro semestre de 2018 (SINACE, 2018). A saber, o quantitativo de estudantes PcD estava distribuído da seguinte forma

Tabela 1 - Distribuição de estudantes PcD nas regionais da UFG.

TOTAL		Goiânia	Jataí	Catalão	Goiás
Auditiva	41	40	–	1	–
Surdez	45	38	6	1	–
Física	114	93	4	14	3
Intelectual	12	4	4	4	–
Baixa Visão	76	69	2	4	1
Cegueira	07	07	–	–	–
TEA	22	20	1	1	–
Múltiplas	3	2	–	–	1
Altas Habilidades	11	11	–	–	–
Total	331	284	17	25	5

Fonte: SINAce. Relatório de Ações de Acessibilidade da UFG, 2018.

Atualmente o CG possui 16 discentes PcD, sendo 1 da Administração, 1 da Arquitetura e Urbanismo, 12 do Direito, 1 da Filosofia Licenciatura e 1 do Serviço Social. O que nos provoca é o entendimento de que uma forma de se combater a exclusão é preparando o ambiente para receber pessoas singulares, de diferentes características e necessidades. Nas palavras de DALLA DEA (2016)

A inclusão e diversidade devem ser entendidas como um valor para a sociedade contemporânea, principalmente para as instituições de ensino superior, que devem

priorizar o ensino de qualidade para todos os aluno, provendo o acesso à formação, informação e conhecimento, aprimorando os sistemas educacionais, visando garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizado (DALLA DEA, 2016, p. 1-2).

Leva-se em conta que as condições encontradas no CG não estão relacionadas apenas a questões orçamentárias, e sim a elementos estruturais que envolvem uma série de conjuntos como o próprio espaço geográfico que se encontra a Cidade de Goiás. Sabe-se que Goiás carrega um histórico de indiscutível importância para o Estado de Goiás, pois em seus becos e ruas temos as lembranças que contam o enredo de construção do Estado e da atual capital, Goiânia. Todavia, é um espaço físico que não foi planejado, dado as circunstâncias da época, e nem criado ao longo do tempo condições reais de acessibilidade. Aliás, esse cenário intensifica-se quando se lembra que a cidade de Goiás, por ser um Patrimônio Histórico da Humanidade⁸, é um espaço essencialmente turístico, porém, seletivo, que não integra e sim segrega.

Nesse compasso, reconhecer o espaço físico que o CG ocupa nos permite entender que o acesso à educação é uma das variadas aspirações que todos os indivíduos possuem. Afinal somos tomados como seres que produzem, além das condições de reprodução do próprio ser, cultura. Ou seja, possibilitar meios de efetivação de uma educação com vistas a equidade e emancipação torna o processo humanizado e que leva em consideração os desejos da Pessoa com Deficiência e possibilita o entendimento para além das limitações e barreiras.

3 CONCLUSÃO

À guisa de conclusão, fica nítido que a experiência de ensino remoto não atende a proposta do ensino inclusivo, aspecto que reforça os desafios colocados ao Núcleo de Acessibilidade do Câmpus Goiás. Indo além, o acesso de estudantes com deficiência no ensino superior proporciona refletir sobre os desafios institucionais e

8A pesquisa Andifes foi realizada com estudantes de graduação de 63 universidades e dois Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefets) de Minas Gerais e do Rio de Janeiro. Os dados foram coletados entre fevereiro e junho de 2018 pela internet. Foram validados 424.128 questionários. O equivalente a 35,35% dos estudantes. A Universidade Federal de Goiás participou do levantamento por meio de 5.089 estudantes, ou seja, 16,61% dos 30.633 discentes da Instituição. Disponível em: <https://jornal.ufg.br/n/116834-75-dos-estudantes-da-ufg-sao-de-baixa-renda>.

profissionais. É fundamental construir espaços de reflexão, investir em uma política de capacitação tanto de docentes como de técnicos administrativos para lidar com as demandas sem paternalismo e assistencialismo das pessoas com deficiência, assim como construir estratégias diferenciadas no ensino-aprendizagem assegurando que seja inclusivo e de qualidade para todos.

Afinal, pensar a universidade como espaço inclusivo é reconhecer os direitos dos(as) estudantes com deficiência e que historicamente foram alijados desses espaços. Isso implica dizer que a educação inclusiva refuta a homogeneização em defesa das singularidades das pessoas com deficiência e suas potencialidades.

Ademais, cabe destacar que uma das bases da inclusão em educação é a acessibilidade nas diferentes dimensões ligadas à comunicação, metodologia, arquitetônica, programática, tecnológica, atitudinal. Assim, se tais barreiras à acessibilidade das pessoas com deficiência não são suplantadas, frustra e compromete a possibilidade da universidade se firmar como espaço inclusivo, crítico e democrático.

Por fim, é necessário reconhecer que, esse estudo tem suas limitações e não almeja esgotar a discussão, mas provocar outras reflexões e estudos. Não tem a intenção de apresentar uma síntese dos desafios que os estudantes com deficiência e o Núcleo de Acessibilidade enfrentam cotidianamente. Mas, sim, como uma reflexão sobre a acessibilidade, a permanência e o trabalho do NA da UFG/CG, com vistas ao seu fortalecimento, bem como, do acesso das pessoas com deficiência ao direito à educação inclusiva.

4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRUDA, Eduardo Martins de. Verificação de acessibilidade no portal discente do sistema acadêmico da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/16905/1/Arquivototal.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2022.

BRASIL. Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em: 26 jul. 2022.

BRASIL. **Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 26 jul. 2020

BRASIL. **Lei nº 13.409 de 28 de dezembro de 2016**. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/L13409.htm. Acesso em: 26 jul. 2022.

CARVALHO, Versanna. 75% dos estudantes da UFG são de baixa renda. Jornal UFG, Goiânia, 29/05/19. Disponível em <https://jornal.ufg.br/n/116834-75-dos-estudantes-da-ufg-sao-de-baixa-renda>. Acesso em: 29 jul 2022.

CHAVES, Marlene Pereira; ROSSATO, Maristela. A dimensão subjetiva da aprendizagem em estudantes com deficiência intelectual. **Revista Educação Especial**, vol. 32, pp. 1-25, 2019, Universidade Federal de Santa Maria. Disponível em <https://www.redalyc.org/journal/3131/313158902076/html/> Acesso em: 3 ago. 2022.

DALLA DEA, Vanessa Helena Santana; ROCHA, Cleomar. Política de Acessibilidade na Universidade Federal de Goiás: Construção do Documento. *Revista Polyphonia*, 2016.

FAVARO, Tereza C. P.; RIBEIRO, Elizangela C. Estágio Supervisionado desafios à formação em Serviço Social na educação superior pública. *Revista Serviço Social em Perspectiva*. v. 4 n. 1 (2020): Montes Claros (MG), p 22-44. Disponível em : <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/sesoperspectiva/issue/view/173>. Acesso em: 23 ago. 2022.

FONAPRACE - FÓRUM NACIONAL DOS PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS ESTUDANTIS. V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos(as) Graduandos (as) das IFES. Brasília, DF. 2018. Disponível em:

<http://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-Nacional-de-PerfilSocioecon%C3%B4mico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES-2018.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2022.

MARCONI, M. D. A.; LAKATOS, E. M. Metodologia do Trabalho Científico. 7a. ed. São Paulo: Atlas, 2012. 225 p.

MEC. Programa Incluir. Portal MEC. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-incluir>. Acesso em: 12 fev. 2022.

MEC/SECADI. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. 2014.

SASSAKI, Romeu K. Inclusão: Acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**. São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16.

SILVA. Linda Carter Souza da. O ENSINO INCLUSIVO NO CONTEXTO DO ENSINO REMOTO: UM ESTUDO DE CASO. v. 3 n. 3 (2020): VI Seminário Nacional de Educação Especial/XVII Seminário Capixaba de Educação Inclusiva / 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/snee/article/view/34306>. Acesso em: 31 jul. 2020

SINACE. Política de acessibilidade da Universidade Federal de Goiás. Prograd, 2017.

SINACE. Relatório de Ações de Acessibilidade da UFG. Prograd, 2018.

SOUZA, Andreza Cândida. Saudavelmente: Uma Experiência de Saúde Mental aos estudantes no contexto da Política de Assistência Estudantil na Universidade Federal de Goiás. 2021. Monografia de Conclusão de Curso, apresentada ao Curso em Serviço Social na Universidade Federal de Goiás, Regional Goiás, Unidade Especial de Ciência Sociais Aplicadas. Universidade Federal de Goiás, Goiás, 2021.